



**GT – 07: Financeirização da Produção do Espaço Urbano**

## **A FINANCEIRIZAÇÃO POR DISCURSOS**

### **Performatividade das consultorias de contabilidade e auditoria no planejamento territorial.**

Autor: Felipe Carvalho Araújo<sup>1</sup>

Filiação institucional: FGV-Cidades / Ministério Público - MA

E-mail: felipecarvalho.economia@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo fazer uma discussão teórica sobre a performatividade das consultorias de contabilidade e auditoria no planejamento territorial, destacando seu papel na financeirização. Analisando as interações entre consultorias de auditoria e contabilidade e o planejamento territorial, o estudo utiliza o fenômeno da financeirização e a performatividade como um processo sociotécnico para entender como essas consultorias, através de modelos e práticas, que não apenas descrevem a realidade, mas também moldam a realidade econômica e territorial. A análise de discurso é proposta como metodologia para identificar processos emergentes de financeirização, sugerindo que estas consultorias podem ser vetores na difusão de práticas financeiras no planejamento territorial.

**Palavras-chave:** financeirização; planejamento territorial; consultorias de auditoria e contabilidade.

---

<sup>1</sup> Artigo resultado de parte da dissertação de mestrado no programa de Planejamento e Gestão do Território da UFABC sob orientação do Prof. Dr. Marcos Barcellos de Souza e do projeto de pesquisa “Estado, espaço e a constituição da financeirização urbana. Uma exploração do caso da Região Metropolitana de São Paulo” coordenado pelo Prof. Dr. Jeroen Johannes Klink.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca fazer uma discussão unicamente teórica sobre como as consultorias financeiras e de auditoria se inserem na financeirização do planejamento territorial. Primeiro, será mostrado como estas consultorias se situam próximas às dinâmicas de financeirização, seja por sua origem ou pelas atividades inerentemente financeiras que exercem, seja por estarem inseridas em circuitos de circulação de ideias na qual se sobrepõem as discussões sobre o planejamento territorial e os interesses dos capitais financeiros.

Esta dupla relação, a primeira entre consultorias e finanças, a segunda entre consultorias e planejamento territorial, permite questionar se as consultorias são vetores relevantes do processo de financeirização urbana. Para entender como se constitui este vetor, podemos utilizar o esquema teórico da financeirização como processo sociotécnico (CHIAPELLO, 2020), que propõem as operações necessárias para produzir a financeirização, enfatizando-se aqui aquelas mais fortemente associadas a uma dimensão discursiva.

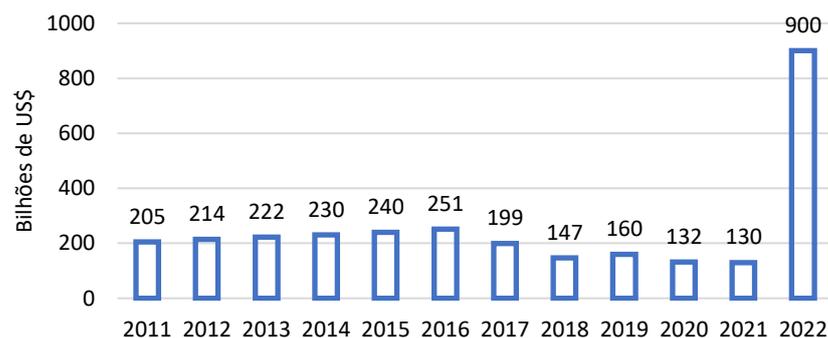
A segunda seção discutirá a performatividade das consultorias, isto é, como estas empresas não apenas produzem modelos econômicos ou utilizam de métodos de contabilidade que descrevem a realidade, mas, ao produzir e reproduzir esses modelos e práticas, tem como efeito intervir materialmente nesta realidade, transformando os mercados que atuam e as práticas de planejamento de outros agentes não-financeiros. Defenderemos que este instrumento analítico da performatividade possibilita localizar a penetração das lógicas financeiras para além dos agentes tipicamente financeiros por meio das atividades de consultorias e que, se utilizada em conjunto com o outro esquema teórico da financeirização como processo sociotécnico, se mostra como modo apropriado de analisar as consultorias com o objetivo proposto.

Por fim, será apresentado uma discussão metodológica sobre o estudo desta performatividade das consultorias, destacando como a Análise de Discurso mostra-se como método adequado para identificar processos emergentes de financeirização em circuitos e territórios específicos. Sendo possível encontrar o uso deste método na literatura sobre o tema, será mostrado como a utilização de discursos como material de pesquisa permite a coleta de dados de difícil acesso por outros meios e identificar o entrelaçamento das consultorias e da financeirização.

## 2 CONSULTORIA, FINANCEIRIZAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As consultorias são um tipo de organização que ganham evidência nas últimas três décadas, oferecendo uma vasta gama de serviços, desde auditorias e demonstrativos financeiros até suporte em gestão empresarial e jurídica. As quatro principais organizações deste setor, conhecidas como Big4 — Deloitte, PwC, Ernst & Young e KPMG — dominam o mercado, tendo surgido de fusões de grandes empresas nos anos 80. Além dessas gigantes, o setor inclui várias empresas menores e profissionais autônomos, embora estes últimos sejam influenciados pelo oligopólio das Big4. Em 2022, a indústria viu um significativo aumento no faturamento global.

Gráfico 1 – Faturamento anual da indústria de consultoria mundial



Fonte: Statista, 2022.

Este salto é explicado segundo o site de notícias Forbes (2022) por uma mudança de foco em oferecimento de serviços que sai de “um segmento operacional ao ecossistema que atraiu agentes de soluções corporativas de todas as esferas, de Microsoft e Google a ONGs e startups”. E acreditam em um crescimento médio de 10% ao ano elevando seu faturamento anual para US\$1,3 trilhão em 2026. As ofertas de serviços que mais puxaram o faturamento para este crescimento foram soluções digitais e o que eles chamam de demandas do ‘stakeholder capitalism’ em que a agenda ESG (do inglês, ambiental, social e governança) vem ganhando espaço dentro das empresas.

Para entender a formação das consultorias modernas, é crucial reconhecer seu desenvolvimento nos EUA desde meados do século XIX até 1920, influenciado pelo aumento da complexidade organizacional em indústrias. Profissionais como engenheiros, advogados e

contadores desempenharam papéis significativos, com contadores expandindo suas funções para além das auditorias para incluir consultoria tributária e redução de despesas, fortalecendo sua influência no gerenciamento empresarial (DONADONE, 2001). A crise de 1929 e a subsequente depressão impulsionaram reformas que reestruturaram o sistema bancário, separando bancos comerciais e de investimento e regulando a oferta de consultorias. Bancos comerciais foram proibidos de oferecer consultorias internamente, o que aumentou a demanda por auditores e consultorias externas. Até 1940, o número de firmas de consultoria nos EUA cresceu 15% anualmente, alcançando 400 empresas (DONADONE, 2001).

Durante o período de reestruturação bancária nos EUA, a McKinsey, uma empresa de destaque em consultoria, aproveitou o novo cenário regulatório para promover um modelo de avaliação financeira. Esse modelo era utilizado não apenas para diagnosticar problemas empresariais mas também para sugerir soluções, tornando-se rapidamente uma referência de credibilidade para credores do setor financeiro devido à sua eficácia em avaliar riscos. Segundo Donadone (2001, 2012), inicialmente focadas em problemas específicos, as consultorias ganharam, a partir da década de 1950, reconhecimento como alternativas legítimas e confiáveis para análise de desempenho não só de empresas privadas mas também de organizações públicas, consolidando o papel central dos conhecimentos contábeis na condução e orientação dessas atividades.

Donadone (2001) descreve a evolução das consultorias em dois tipos principais durante o período analisado. O primeiro tipo focava em contabilidade e auditoria, incluindo grandes nomes como Pricewaterhouse, Coopers & Lybrand, e Deloitte, oferecendo serviços de auditoria contábil e orientação jurídica. O segundo tipo, exemplificado pela McKinsey, especializava-se em estratégias gerenciais e organizacionais, estendendo-se além das bases contábeis. Após a Segunda Guerra Mundial, essa dualidade de serviços facilitou a expansão internacional das consultorias, estrutura que persistiu até os anos 1980 e influenciou o desenvolvimento do setor no Brasil. Até meados da década de 1960, empresas do então *Big 5*<sup>2</sup> presentes no Brasil atuavam somente na área de auditoria, passando a atuar na área de consultoria apenas na década seguinte (SILVA E NETO, 2008). Paralelamente, empresas focadas em estratégia (McKinsey & Co. e Booz-Allen & Hamilton), apesar de terem trabalhos realizados desde a década de 1940 no

---

<sup>2</sup> Price Waterhouse Coopers, Andersen Consulting (Accenture), KPMG, Ernst & Young e Deloitte Touche

território brasileiro, também se instalam no país e expandem seus serviços neste período (SILVA E NETO, 2008).

Na década de 1980, a demanda por modelos de gestão modernos, impulsionada pela influência do paradigma industrial japonês e pela adaptação aos mercados consumidores internacionais, levou a uma expansão das práticas de consultoria no Brasil que ultrapassou a capacidade das grandes empresas do setor. Isso incentivou profissionais com experiência em multinacionais a atuarem como consultores independentes, preenchendo lacunas no mercado (GRUN, 1992). Contudo, apesar da proliferação de consultorias independentes, as grandes empresas continuaram dominantes, especialmente na década de 1990, quando o BNDES convocou essas firmas para agregar credibilidade e racionalidade técnica ao programa de privatizações do governo brasileiro (SILVA e NETO, 2008).

Nas últimas décadas, o mercado de consultorias experimentou um duplo desenvolvimento, segundo Donadone (2012). As grandes empresas formaram um oligopólio, estabelecendo-se como padrão no setor e influenciando a introdução de novos modelos organizacionais. Paralelamente, consultorias menores, que não competem diretamente com as grandes firmas, diversificaram seus serviços para áreas como marketing, recursos humanos, vendas, logística, setor imobiliário e políticas públicas, adaptando-se e especializando-se para atender a nichos específicos do mercado. Em resumo, dois aspectos fundamentais marcaram a evolução histórica das consultorias. Primeiramente, as funções de auditoria e planejamento financeiro evoluíram para incluir governança corporativa, transformando as consultorias em agentes disseminadores de modelos e ferramentas de gestão financeira e legitimando essas práticas. Além disso, as consultorias têm sido cruciais na introdução de empresas estrangeiras nos mercados nacionais e na adaptação das práticas governamentais em países periféricos, ajustando-se frequentemente durante períodos de reestruturação de capital, como visto na abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional (HARVEY, 2001). Este papel das consultorias como mediadoras de práticas financeiras será explorado em detalhes, com foco na era recente de dominância do capital financeiro.

## **2.1.DE QUAL FINANCEIRIZAÇÃO ESTAMOS FALANDO?**

A literatura sobre financeirização possui múltiplas conceituações deste processo. Genericamente, pode ser descrita como “a dominância crescente de atores, mercados, práticas,

indicadores e narrativas financeiras, em várias escalas, resultante de transformações estruturais de economias, empresas (incluindo instituições financeiras), estado e famílias” (AALBERS, 2015), ou como o “crescente papel de motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros ou instituições financeiras na operação de economias nacionais ou internacionais” (EPSTEIN, 2005).

Estas conceituações amplas, entretanto, podem tornar difícil a operacionalização do conceito de financeirização para estudos de caso específicos, como o entrelaçamento entre finanças e planejamento urbano. Essa limitação conceitual e metodológica motivou tanto a produção de uma diversidade de esquemas teóricos que possibilitaram enfatizar diversas dimensões, agentes e relações da financeirização, quanto tentativas de aglutinar esta produção teórica em vertentes específicas (ZWAN, 2014), inclusive para o processo de financeirização urbana brasileira (KLINK E SOUZA, 2017).

Klink e Souza (2017) destacam a complexidade do fenômeno da financeirização, que abrange uma variedade de agentes, escalas, práticas e instituições, influenciando tanto o sistema econômico quanto o cotidiano das pessoas. Eles organizam a vasta literatura sobre o tema em três principais correntes: 1) marxismo, regulacionismo e economia política, que examinam grandes transformações macroestruturais e regulatórias na economia; 2) governança corporativa e contabilidade crítica, que focam nas práticas de governança; e 3) o estudo de como as finanças e o crédito se infiltram no dia a dia das pessoas. Os autores também destacam um esforço crescente em integrar essas vertentes para compreender melhor a interação entre financeirização e o desenvolvimento urbano.

## **2.2.ENTRELAÇAMENTO ENTRE CONSULTORIAS E O PLANEJAMENTO URBANO**

Como assinalado anteriormente, há uma proximidade entre as consultorias e o planejamento urbano que pode ser identificar pelo menos a partir da década de 80, quando se inicia a disseminação das ideias de planejamento urbano estratégico. A partir deste período, se enfraquece as fronteiras entre o campo de planejamento privado e público (KAUFMAN E JACOBS, 1996) e se constitui uma ideologia centrada na eficiência dos métodos do setor privado frente ao setor público, legitimados pelo uso de alguns casos tidos como paradigmáticos, como o de Barcelona. O modo de organização empresarial torna-se referência

e permite diversos agentes anteriormente restritos a atuações pontuais no planejamento urbano intensificarem sua influência sobre o setor público, incluso as consultorias (VAINER, 2000; NOVAIS, 2003). Surge uma representação das cidades como empresas, as quais seriam dotadas de uma lógica mercantil, “a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (VAINER, 2000).

Esta dupla relação, primeiro entre consultorias e finanças e, segundo, entre consultorias e planejamento urbano, levanta questões sobre o papel das consultorias no processo de financeirização urbana. Segundo Chiapello (2020), a financeirização pode ser vista como uma transformação sociotécnica, em que práticas, teorias e instrumentos financeiros são incorporados em áreas anteriormente não financeiras. Essa inserção resulta na captura de recursos e acumulação de poder por agentes financeiros.

Chiapello divide esse processo em três operações principais: 1) Problematização, onde objetos são vistos como oportunidades de investimento, resultando em uma "financeirização fraca" com novos discursos sem grandes mudanças práticas; 2) tangibilização, que concretiza essas oportunidades detalhando investimentos e iniciando a transformação de capitais em ativos financeiros e a 3) estruturação Financeira, uma fase mais intensa onde os fluxos financeiros são organizado para promover renda passiva, envolvendo várias funções financeiras e integrando profundamente o objeto ao setor financeiro, caracterizando uma "financeirização intensa".

Essas operações revelam como a financeirização pode se infiltrar e modificar o tecido do planejamento urbano e outras áreas, redefinindo-as sob uma ótica financeira que enfatiza o valor de investimento e retorno financeiro<sup>3</sup>.

A autora destaca que a “financeirização fraca” é essencialmente discursiva, e estas experimentações essencialmente ideológicas pois, quando bem sucedidas, são utilizadas como “prova de conceito” com a função de legitimação das atividades financeiras.

“Nestas situações [de financeirização fraca] uma grande quantidade de literatura cinzenta pode existir, métricas serem propostas, padrões serem desenvolvidos, consultores proporem seus trabalhos, mas, na prática, além de algumas

---

<sup>3</sup> Como exemplo, Chiapello (2015) demonstra como métodos de aferir valor e de quantificação produzem a expansão da lógica financeira, destacando-se aqui as atividades de contabilidade. Como exemplo, temos a adoção de padrões específicos de contabilidade na União Europeia os quais foram guiados pelo interesse de investidores financeiros em saber qual o impacto, de um ponto de vista de riscos e retornos, do investimento em firmas. Entretanto, estes padrões adotados foram produzidos por agentes financeiros e sob uma lógica financeira, a qual pressupõem, por exemplo, a liquidez de ativos e a capacidade de modelos econômicos de auferir o valor de mercado.

experimentações sobrevalorizadas, os volumes financeiros envolvidos são pequenos” (CHIAPELLO, 2020).

Embora o esquema analítico proposto por Chiapello ofereça insights valiosos, ele apresenta algumas limitações, especialmente quando aplicado ao estudo de consultorias. Aqui estão as principais restrições identificadas: 1) a necessária **opacidade em consultorias**, onde a exclusividade de modelos e métodos oferece vantagem competitiva, resulta em operações frequentemente privadas e resultados apresentados como "caixas-pretas", validados mais pela reputação do que por evidências empíricas. Para grandes consultorias, o uso de métodos contábeis consolidados atenua esse problema, mas a experiência na aplicação dessas métricas permanece crucial. 2) Além disso, a **não linearidade da financeirização**, dado que não é um processo linear, contínuo e sucessivo, contrariando a expectativa de uma sequência de sucessos claros e contínuos; na realidade, envolve mediações constantes e ajustes. 3) a falta de método para **identificar processos emergentes** da financeirização, o que pode complicar sua aplicação prática para reconhecer novas manifestações do fenômeno, especialmente em estágios iniciais ou contextos atípicos.

Essas limitações apontam para a necessidade de abordagens mais flexíveis e empíricas ao estudar a financeirização, especialmente quando relacionada ao campo das consultorias, onde a complexidade e o caráter dinâmico dos processos desafiam modelos teóricos mais rígidos.

### 3. PERFORMATIVIDADE

Para compreender como discursos financeirizados podem ter efeitos sobre o planejamento urbano, esta dimensão discursiva precisa ser mais bem enquadrada. Podemos recorrer à performatividade como instrumento analítico capaz de considerar esta dimensão discursiva e entender como esta contribui na constituição destes circuitos financeiros.

#### 3.1. PERFORMATIVIDADE DE MODELOS ECONÔMICOS

Advindo da linguística (AUSTIN, 1975), a noção de performatividade buscava diferenciar a linguagem constativa, a qual tem como função descrever a realidade, da linguagem performativa, a qual o ato de dizer algo é fazer algo. Entretanto, ao demonstrar que

todas as enunciações performam ações, incluindo as constatativas, o autor abandona esta dicotomia e diferencia três atos de fala que constituem a performatividade<sup>4</sup>.

A performatividade torna-se uma noção relevante na economia a partir dos trabalhos de Callon (1998, 2007) e MacKenzie (2006, 2007) em que estes autores buscam demonstrar que economistas não são apenas agentes que analisam e descrevem a economia, mas são constitutivos da economia e da organização dos mercados. Os discursos, em especial os modelos, produzidos sobre a economia devem ser entendidos como partes integrantes dela, dado que ao enunciá-los, descreve-se uma trajetória particular com possibilidade de ocorrer e, caso encontrem as condições ou agenciamentos necessários, produzem efeitos sobre ela (CALLON, 2007)<sup>5</sup>. Apenas após a adoção de modelos de precificação pelos agentes econômicos houve uma transformação de como estes agentes entendiam o mercado de opções, incorporando os pressupostos do modelo. Ao ser utilizado por uma quantidade cada vez mais relevante de operadores financeiros, os preços praticados pelo mercado aproximam-se cada vez mais do preço do modelo, o qual em um primeiro momento eram apenas calculados (MACKENZIE, 2006). Ao produzir estes modelos de precificação, e encontrarem as condições necessárias para que este modelo seja efetivamente incorporado e aplicado nas práticas do mercado de opções, os efeitos deste modelo tornam-se reais. Este processo econômico não existia antes dos economistas performarem ele, e a continuidade destes processos ocorre pela reiterada manutenção deste modelo (CALLON, 2006).

“Dizer que um mercado é performativamente produzido não significa que este é produzido ex nihilo a cada instante, mas apenas que a sua aparentemente ininterrupta regeneração provoca esse efeito naturalizado” (BUTLER, 2010)

---

<sup>4</sup> O ato locucionário são as palavras propriamente ditas; o ato ilocucionário é aquilo que o locutor está procurando realizar ao enunciar o ato locucionário, as intenções; e o ato perlocucionário são os efeitos produzidos no interlocutor ao enunciar a locução. Estas enunciações recaem no risco de encontrar as condições para se concretizarem ou não e, portanto, apenas em situações específicas os atos ilocucionários coincidem com os atos perlocucionários, as intenções do locutor se efetivam no interlocutor.

<sup>5</sup> Um caso ilustrativo, é o modelo de Black-Scholes-Merton (MACKENZIE, 2006). Este modelo econômico matemático foi desenvolvido para precificação de ativos, em especial no mercado de opções, utilizando de métodos de cálculo que simplificavam a determinação de preços pelos agentes financeiros. Apesar deste modelo partir de pressupostos teóricos idealizados, como a ausência de custos de transação ou a venda e compra de ativos e ações não impactar no preço corrente destas no mercado, ele possuía aderência suficiente com as dinâmicas de preço para ser incorporado e utilizado por agentes financeiros em suas práticas correntes.

Callon (2010) e Butler (2010) argumentam que a performatividade não se limita à realização de modelos econômicos em condições ideais, denominada ilocucionária. A performatividade inicia-se já na enunciação dos modelos, provocando testes que revelam suas potencialidades e falhas. Se comprovada sua eficácia, esses modelos são continuamente verificados e ajustados conforme diferentes contextos. Além disso, a proposta inicial de um modelo pode desencadear a criação de condições que eventualmente permitirão sua implementação futura, como modificações nos padrões contábeis. Esse processo é identificado como performatividade perlocucionária, onde a mera enunciação de um modelo tem o poder de influenciar e moldar futuras realidades.

O uso da performatividade para o estudo de modelos econômicos, ao enfatizar as falhas e todo o arranjo que condiciona seu surgimento e sua sustentação ou adaptação, enfatiza não a constatação de fatos, mas a compreensão de situações em que a atuação dos economistas tenha a possibilidade de modificar a realidade na qual estes modelos estão inseridos (MACKENZIE, 2006; CALLON, 2006, 2010)<sup>6</sup>. Ao compreender que a produção dos modelos tem implicações reais, seja a de efetivar processos econômicos que não existiriam sem estes modelos, seja a de induzir a produção do contexto que tornará este modelo possível de ser performado, torna-se possível questionar o modo como o mercado encontra-se organizado.

A tese da performatividade permite centrar o papel ativo dos agentes econômicos nesta conformação de mercados e questionar esta naturalização da organização do mercado, o qual poderia ter múltiplas outras configurações (CALLON, 2010). Entretanto, esta escolha analítica tem como desafio a possibilidade de enfatizar demasiadamente a produção de valor aos processos materiais (CHRISTOPHERS AND FINE, 2020) ou apenas os modelos econômicos (CHRISTOPHERS, 2014), e a tendência destes estudos de descontextualizar e suprimir os aspectos políticos da constituição dos mercados (MUELLERLEILE, 2013). Após discutirmos e exemplificarmos a performatividade de modelos quando aplicados ao urbano, retornaremos a este ponto.

---

<sup>6</sup> Para mais sobre o assunto, cf. LATOUR, Bruno. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical inquiry**, v. 30, n. 2, p. 225-248, 2004.

### **3.2. PERFORMATIVIDADE DE MODELOS ECONÔMICOS NO URBANO**

Apesar da tese da performatividade ter se tornado comum nos estudos do mercado financeiro, uma literatura relevante se desenvolveu ao analisar como modelos econômicos são utilizados por agentes espaciais ou em dinâmicas territoriais, em especial no mercado habitacional e em grandes projetos urbanos.

Christophers (2014) examina como um modelo de viabilidade econômica para moradias acessíveis no Reino Unido, inicialmente destinado apenas para avaliações de viabilidade, influenciou o mercado imobiliário. O modelo estabeleceu parâmetros para futuros projetos, alinhando planejadores urbanos com agentes econômicos e impulsionando a emergência de consultorias especializadas. Ele se tornou crucial nas negociações entre governos e empreendedores, ressaltando a importância de considerar variáveis contextuais que impactam sua adoção e eficácia.

Bitterer e Heeg (2012) analisam o impacto das consultorias imobiliárias internacionais no mercado imobiliário de Varsóvia, destacando como, desde os anos 90, essas consultorias transformaram o setor através da introdução de modelos e padrões internacionais. Apesar de desafios regulatórios, essas empresas aproveitaram um mercado emergente, fomentando sua evolução com a implementação de normas da União Europeia, reformas regulatórias e a estabilidade política do período. Este processo resultou no crescimento das consultorias e na profissionalização do mercado imobiliário local, tornando-o atraente para investimentos internacionais.

O conceito de ancoragem do capital, desenvolvido por Theurillat et al. (2016) e explicado por Aveline-Dubach (2017), é crucial para entender a conversão de capital financeiro em real, destacando como incorporadoras negociam com diversos atores urbanos para alinhar as expectativas dos investidores financeiros com o desenvolvimento urbano. Esta abordagem ilustra como diferentes formas de financeirização influenciam a urbanização. A tipologia proposta inclui a "cidade financeirizada", exemplificada por Varsóvia, onde a cidade é tratada como investimento e os capitais são transformados em ativos financeiros; a "cidade empresarial", que adota lógicas empresariais e recorre a parcerias público-privadas; e a "cidade negociada", onde interesses locais predominam e direcionam políticas urbanas, focando na extração de renda e na interdependência entre agentes. Essas categorias demonstram a variação

na manifestação da financeirização, afetada pelas dinâmicas locais e pelos agentes envolvidos, desafiando a aplicação uniforme de modelos econômicos no planejamento urbano (THEURILLAT E CREVOISIER, 2015; AVELINE-DUBACH, 2017).

As discussões sobre a performatividade de modelos econômicos aplicados ao urbano destacam a necessidade de considerar diversos agentes e fatores ao territorializar esses modelos. A performatividade ajuda a entender o papel ativo dos economistas na formação dos mercados, enquanto a territorialização revela como os modelos fomentam a economização do planejamento urbano, descrita por Çalışkan e Callon (2009) como um processo que define atividades e comportamentos como econômicos. É crucial analisar como as consultorias influenciam esse processo de economização e sua contribuição para a financeirização subsequente.

### **3.3.PERFORMATIVIDADE DE MODELOS E DOS DISCURSOS**

A performatividade, como ferramenta analítica nos estudos econômicos e urbanos, permite explorar como modelos econômicos afetam a transformação de mercados, particularmente em processos de financeirização. Este debate amplia o entendimento da performatividade ao examinar a financeirização mediada por consultorias, tratando os modelos econômicos como centrais e não apenas como discursos. A importância dos modelos é ressaltada em ambientes que valorizam uma perspectiva matematizada da economia. Reconhece-se que, ao abordar a financeirização urbana por meio de consultorias, os modelos transcendem a função discursiva, atuando como ferramentas de persuasão e geração de métricas. Todavia, tais esforços nem sempre culminam em sucesso, destacando os desafios da performatividade em práticas de financeirização urbana (MCCLOSKEY, 1983).

Primeiro, ao estudar a performatividade da financeirização urbana através de consultorias, é essencial reconhecer que os modelos econômicos transcendem o caráter meramente discursivo, apesar de serem analisados dessa maneira para igualar-se a outros elementos de pesquisa. Adicionalmente, as consultorias exercem uma função crítica na estruturação da financeirização, utilizando modelos tanto como meios de persuasão quanto para fomentar a criação de métricas. No entanto, esses esforços não garantem sempre a efetiva implementação e podem não conseguir impactar o mercado conforme o esperado.

Se analisarmos os modelos em si como discursos, podemos dizer que eles podem assumir dois papéis distintos. Os modelos podem ter uma performatividade perlocucionária, quando não produzem, ou ao menos não naquele momento analisado, os efeitos de estruturar a financeirização. Em especial, temos os modelos importados já legitimados - seja por utilizar-se da posição referencial das consultorias como fonte de legitimidade (DONADONE, 2001) seja por serem partes constituintes das mediações entre diferentes agentes (THEURILLAT E CREVOISIER, 2013) – em que a expectativa de que eles sejam operacionalizados em algum momento induz estes processos sociotécnicos de identificação, tangibilização e estruturação de mercados financeirizados.

O segundo caso, o da performatividade ilocucionária, os modelos são passíveis de serem operados logo quando propostos, em geral por encontrarem um contexto propício em que modelos menos complexos são suficientes para possibilitar os fluxos financeiros (THEURILLAT, 2016). Nesse caso, os modelos encontram-se mais na “estruturação financeira” e, portanto, sua dimensão discursiva mostra-se menos relevante.

Embora a literatura sobre a performatividade de modelos econômicos tenda a focar em casos onde eles já influenciam mercados, explorar esses modelos como discursos facilita a análise de processos de financeirização desde suas fases iniciais. Chiapello (2020) destaca que a financeirização infunde lógica financeira em práticas já existentes, e a performatividade ajuda a integrar discursos nas várias fases do processo. Isso ilumina o papel das consultorias na expansão de serviços financeiros para novos mercados e no reforço dos fluxos financeiros em mercados menos financeirizados. Comumente, a performatividade perlocucionária prevalece na expansão, enquanto a ilocucionária é mais relevante na intensificação.

Este esquema teórico, ao focar em processos emergentes, pode identificar processos de financeirização que talvez não sejam bem-sucedidos, mas intencionalmente desloca a pesquisa para as condições que permitem incidências nos mercados emergentes. Embora a performatividade de modelos econômicos permita análises detalhadas e o esquema de Chiapello adote uma abordagem longitudinal, este modelo se concentra na dimensão discursiva, ocupando uma posição intermediária. Sua aplicação é limitada a contextos onde é possível acessar os discursos dentro das consultorias, restringindo seu uso a situações específicas.

### 3.4.A DIMENSÃO DISCURSIVA DA FINANCEIRIZAÇÃO PELAS CONSULTORIAS

Ao longo do texto é destacada a importância da dimensão discursiva na financeirização, particularmente nas etapas iniciais, facilitando a identificação de processos de financeirização em vários estágios, sem pressupor a completa disseminação da lógica financeira. Investigar a financeirização por meio dessa perspectiva discursiva não apenas expõe processos emergentes ou em mudança, mas também a interação ativa entre agentes econômicos e não econômicos no contexto do planejamento urbano. Os discursos, principalmente os modelos econômicos, são empregados por consultorias para implementar e legitimar suas estratégias financeiras, fornecendo vocabulário e análises que estruturam mercados emergentes. A influência da performatividade discursiva se estende além das interações econômicas, “*transbordando*” para outros setores e promovendo a expansão da lógica financeira em novos ambientes urbanos e territoriais, destacando assim o papel crucial das consultorias como intermediárias entre diversos campos e facilitadoras da financeirização.

Em especial, podemos identificar a emergência da financeirização em territórios e circuitos específicos, permitindo fazer um elo entre os determinantes macro e meso das abordagens marxistas ou da governança corporativa. As consultorias não podem ser consideradas apenas como agentes passivos neste processo, mas que reiteradamente fazem um trabalho de atualização do cenário econômico e político, ou de crítica (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009), e adaptam seus serviços em resposta, contribuindo para instituir esta trajetória. Se a financeirização é tida como um determinante, as consultorias têm a capacidade de reconhecê-lo e o incorporarem em suas práticas, testando-o e adaptando-o nos diversos territórios e circuitos em que conseguem atuar.

Consultorias financeiras são cruciais na financeirização, introduzindo companhias estrangeiras em mercados nacionais e influenciando práticas governamentais, especialmente em tempos de reorganização de capitais. Elas têm papel chave na integração de economias emergentes ao cenário global. É vital investigar se essa influência se mantém na era atual do capital financeiro e quais estratégias são adotadas por essas consultorias. O modelo teórico sublinha que os discursos das consultorias não só validam a lógica financeira, mas também geram efeitos práticos que promovem a conexão entre o setor financeiro e o planejamento urbano, contribuindo significativamente para a modelagem dos mercados.

A performatividade ilocucionária se refere a uma situação específica em que condições ideais permitem a efetivação de discursos financeiros, enquanto a performatividade perlocucionária enfoca o desenvolvimento dessas tentativas. As consultorias desempenham um papel crucial ao debater a implementação de serviços com empresas e o setor público, além de capacitar seu pessoal e fomentar o desenvolvimento de novos serviços, como análise de dados e gestão de bancos de dados. Acadêmicos também contribuem, investigando e discutindo os desafios e contradições desses novos processos.

Além disso, as consultorias engajam-se na "tangibilização", aplicando padrões internacionais de contabilidade para estruturar dados e métricas essenciais à financeirização. Esse processo, que transcende o discurso, requer um extenso trabalho preparatório antes que os modelos financeiros possam ser efetivamente implementados. A legitimação dessas operações, crucial para ganhar a confiança de setores técnicos e atrair novos clientes, é frequentemente intermediada por discursos que facilitam a aceitação de práticas financeiras emergentes.

#### **4. IDENTIFICAÇÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO POR MEIO DE DISCURSOS**

Esta seção explora metodologicamente as implicações do esquema teórico adotado, concentrando-se nos discursos como ferramentas de pesquisa para elucidar o papel das consultorias na financeirização. O modelo teórico destaca como narrativas, métricas e modelos alinhados com a lógica financeira influenciam a adaptação de práticas, permitindo discernir estágios de financeirização sem presumir sua intensidade prematuramente em contextos ainda em desenvolvimento ou consolidação. Ao focar elementos discursivos, é possível investigar detalhadamente a operação da financeirização em um território específico, analisando a interação entre os agentes e as condições materiais que sustentam a atuação financeirizada das consultorias, revelando a dinâmica entre estas e o ambiente financeiro onde atuam.

##### **4.1. ANÁLISE DE DISCURSO**

A análise de discurso se propõe a ser um campo disciplinar e um método, com aplicação em diversas outras áreas de conhecimento, em especial a partir da década de 60. A análise de discurso enfatiza um tipo de material, os discursos, mas não buscando apenas entender os

sentidos presentes nestes, mas especialmente como eles são formulados e o modo como esses sentidos são produzidos. Podemos dizer que qualquer enunciação se encontra no cruzamento de dois eixos: o da constituição, compreendido pelo que já foi dito e se reproduz no momento da enunciação, e o da formulação, que seria aquilo que está sendo dito naquele momento, nas condições dadas (ORLANDI, 2009). A análise de discurso se ocupa de compreender essa mediação feita pelos sujeitos nessa interseção, buscando entender o lugar e a posição do sujeito em detrimento de privilegiar a sua atuação individual. Em outras palavras, o sujeito tem um papel de materializar a ideologia a qual este está inserido, e o discurso é o material que nos permite identificar este processo.

Diversos trabalhos utilizam-se de discursos para a identificação da produção das condições necessárias para a penetração da lógica financeira no planejamento urbano. Vainer (2000) utiliza-se de relatórios, produções acadêmicas e registros de conferências para identificar a ideologia neoliberal presente no planejamento urbano estratégico. Aveline-Dubach (2013) utiliza-se de literatura cinzenta presente nos sites oficiais, complementado por entrevistas semiestruturadas, para identificar a penetração da lógica financeira no setor imobiliário chinês, com destaque para as consultorias imobiliárias. O'Mahoney (2015) utiliza-se de um amplo corpus, incluindo registros de conferências, entrevistas, registros jurídicos, dentre outros, para explicitar relações de poder e a difusão de ideias de gestão por meio de consultorias. Shimbo (2021) utiliza de discursos presentes em sites de empresas, publicações especializadas e complementado por entrevistas para identificar novas práticas no setor de consultorias imobiliárias.

Se a análise de discurso não é recente e possui aplicações que tangenciam o objeto de estudo proposto, cabe fazer algumas considerações. Primeiro, o uso de discursos como material não significa necessariamente que está sendo realizado uma análise de discurso. Em muitos casos, o uso de discursos ocorre para explicitar características presentes nesses discursos e como a produção destes é consequência da ideologia na qual o sujeito encontra-se inserido. A análise de discurso como aqui retratada enfatiza também o papel ativo do sujeito, reproduzindo a ideologia que se encontra inserido, mas também tendo um papel relevante na formulação de práticas que tornam essa reprodução possível (CHIAPELLO E FAIRCLOUGH, 2002), similar ao que buscamos enfatizar do papel ativo das consultorias no processo de difusão e intensificação da financeirização.

A análise de discurso transcende a mera análise da transmissão de informações, desafiando a visão simplista de comunicação como apenas uma troca linear de mensagens entre emissor, receptor, e outros componentes tradicionais de um modelo comunicativo. Conforme Orlandi (2015), o discurso não deve ser visto como um simples veículo de conteúdo, mas como um "efeito de sentidos nos locutores", indicando que os discursos são sempre produtos de dinâmicas relacionais. Isto significa que os discursos são formados e reformados através das interações entre múltiplos agentes, cada um contribuindo e sendo influenciado no processo. Assim, a produção e a interpretação de discursos são contínuas e interativas, envolvendo negociações de significado que ocorrem ao longo de todo o processo de comunicação, e não apenas antes ou depois da transmissão das mensagens. Essa perspectiva destaca a complexidade e a natureza multidimensional da linguagem e da comunicação, onde o discurso é tanto uma influência quanto um reflexo das relações sociais e de poder. Terceiro, os discursos analisados geralmente são textuais, mas podem se apresentar também como imagens, mapas, em fórmulas, na fala, entre outros. O modo como uma informação é codificada pode restringir quais os grupos de locutores aquela mensagem atinge, pois é necessário o compartilhamento de um sistema de interpretação em comum, mas não restringe a análise de discurso.

## 4.2. TIPOS DE DISCURSOS DAS CONSULTORIAS

Como discutido, a compreensão do processo de financeirização exige uma análise diversificada dos discursos empregados, que vão além dos modelos econômicos, abrangendo uma variedade de formatos e finalidades. A tipologia dos discursos revela como cada categoria serve a propósitos específicos dentro da estrutura financeira:

**Discursos de Legitimidade:** Produzidos por consultorias ou profissionais que buscam estabelecer sua autoridade, frequentemente utilizando jargões técnicos e metodologias complexas, encontrados em publicações acadêmicas e apresentações profissionais.

**Discursos Públicos:** Criados para facilitar a aceitação pública de propostas das consultorias, esses discursos simplificam a linguagem e omitem detalhes controversos para engajar um público mais amplo.

**Registros Pragmáticos:** Incluem documentos como registros contábeis, administrativos ou jurídicos que capturam operações financeiras significativas e são essenciais para o ajuste de procedimentos em empresas ou no governo.

**Métricas e Modelos:** São ferramentas operativas usadas tanto para persuasão quanto para iniciar mudanças práticas. Estes podem ser detalhados para um público especializado ou simplificados para influenciar decisões de stakeholders.

**Mapas:** Utilizados por uma gama diversa de agentes territoriais, os mapas funcionam como ferramentas de negociação, baseadas em dados e algoritmos para mediar interesses de desenvolvedores, governos e outros stakeholders urbanos.

**Relatórios e Estudos de Impacto:** Documentos que compilam diversas informações para validar atividades e influenciar decisões de figuras chave ou do público geral, desempenhando um papel crucial em consolidar a legitimidade de práticas e políticas.

Este conjunto de discursos revela a habilidade das consultorias de adaptar comunicações para diferentes públicos, utilizando reutilização de materiais e ajustes em apresentações para atuar como intermediários eficazes. É importante, porém, abordar esses discursos com cautela, reconhecendo que podem ser exagerados, omissos ou fabricados, dependendo do contexto e dos objetivos da consultoria.

## **Considerações finais**

Como buscamos apresentar, a análise de discurso é um método adequado para o estudo da financeirização como apresentado anteriormente. Pela necessidade de compreender que o processo de financeirização não pode ser entendido apenas como uma determinação estrutural assim como não pode ser sobrevalorizada a atuação de agentes específicos, a análise de discurso permite utilizar de materiais diversos, a depender da disponibilidade de acesso e ao objetivo do trabalho proposto, para entender o trabalho ativo das consultorias no incremento das finanças em práticas correntes de outras partes relevantes.

Este trabalho de identificação de tendências e desenvolvimento das articulações necessárias para implementá-las em territórios específicos faz com que as consultorias produzam os mais variados discursos que, apesar de exercerem também uma função de produzir uma financeirização “fraca”, pode ser utilizada como material de pesquisa. Em especial no planejamento urbano, a presença delas nesse setor permite cogitar um interesse e uma possibilidade de financeirização.

## Referências

- AALBERS, Manuel B. The potential for financialization. **Dialogues in Human Geography**, v. 5, n. 2, p. 214-219, 2015.
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- AVELINE-DUBACH, Natacha. Embedment of “liquid” capital into the built environment: The case of REIT investment in Hong Kong. **Issues & Studies**, v. 52, n. 04, p. 1640001, 2016.
- BITTERER, Nadine; HEEG, Susanne. Implementing transparency in an Eastern European office market: preparing Warsaw for global investments. **Articulo-Journal of Urban Research**, n. 9, 2012.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 2009.
- BUTLER, Judith. Performative agency. **Journal of cultural economy**, v. 3, n. 2, p. 147-161, 2010.
- ÇALIŞKAN, Koray; CALLON, Michel. Economization, part 1: shifting attention from the economy towards processes of economization. **Economy and society**, v. 38, n. 3, p. 369-398, 2009.
- CALLON, Michel. Elaborating the notion of performativity. **Le libello d'AEGIS**, v. 5, n. 1, p. 18-29, 2009.
- CALLON, Michel. Performativity, misfires and politics. **Journal of cultural economy**, v. 3, n. 2, p. 163-169, 2010.
- CALLON, Michel. What does it mean to say that economics is performative? Em: **Do Economists Make Markets? On the performativity of economics**. Princeton University Press, 2007, p. 311-357.
- CHIAPELLO, Eve. Financialisation of valuation. **Human Studies**, v. 38, n. 1, p. 13-35, 2015.
- CHIAPELLO, Eve. Financialization as a socio-technical process. Em: **The Routledge International Handbook of Financialization**. Routledge, 2020. p. 81-91.
- CHIAPELLO, Eve; FAIRCLOUGH, Norman. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. **Discourse & society**, v. 13, n. 2, p. 185-208, 2002.
- CHRISTOPHERS, Brett. Wild dragons in the city: urban political economy, affordable housing development and the performative world-making of economic models. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, n. 1, p. 79-97, 2014.
- CHRISTOPHERS, Brett; FINE, Ben. The value of financialization and the financialization of value. **The Routledge International Handbook of Financialization**, p. 19-30, 2020.
- DONADONE, Julio Cesar. Cartografia do espaço de consultoria brasileiro e as formas de recontextualização e internacionalização dos intercâmbios e conteúdos gerenciais. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2012.
- DONADONE, Julio Cesar. **Os hunos já chegaram: dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e a atuação das consultorias**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- EPSTEIN, Gerald A. (Ed.). **Financialization and the world economy**. Edward Elgar Publishing, 2005.

- FROUD, Julie et al. Shareholder value and financialization: consultancy promises, management moves. **Economy and society**, v. 29, n. 1, p. 80-110, 2000.
- FROUD, Julie et al. The temptation of Houston: a case study of financialisation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, n. 6-7, p. 885-909, 2004.
- FROUD, Julie; JOHAL, Sukhdev; WILLIAMS, Karel. Financialisation and the coupon pool. **Capital & class**, v. 26, n. 3, p. 119-151, 2002.
- GRÜN, Roberto. Quem é moderno? Um estudo sobre as estratégias discursivas de gerentes brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, 1992.
- HARVEY, David. Globalization and the “spatial fix”. **geographische revue: Zeitschrift für Literatur und Diskussion**, v. 3, n. 2, p. 23-30, 2001.
- KLINK, Jeroen; SOUZA, Marcos Barcellos de. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cadernos Metrópole**, v. 19, p. 379-406, 2017.
- MACKENZIE, Donald. **An engine, not a camera: How financial models shape markets**. Mit Press, 2006.
- MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia. Do economists make markets? On the performativity of economics. Princeton University Press, 2007.
- MCCLOSKEY, Donald N. The rhetoric of economics. **Journal of economic literature**, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.
- MUELLERLEILE, Chris. Turning financial markets inside out: Polanyi, performativity and disembeddedness. **Environment and Planning A**, v. 45, n. 7, p. 1625-1642, 2013.
- NOVAIS, Pedro. Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano. 2003.
- O’MAHONEY, Joe; STURDY, Andrew. Power and the diffusion of management ideas: The case of McKinsey & Co. **Management Learning**, v. 47, n. 3, p. 247-265, 2016.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.
- SHIMBO, Lucia; SANFELICI, Daniel; MARTINEZ-GONZALEZ, Beatriz. Consultorias imobiliárias internacionais e racionalidade financeira na avaliação e gestão de imóveis em São Paulo. **EURE (Santiago)**, v. 47, n. 140, p. 221-242, 2021.
- SILVA, Adriana Maria Bernardes; NETO, Alcides Manzoni. O planejamento territorial no Brasil nos anos 1990: as ações das empresas globais de consultoria (o caso da Booz-Allen & Hamilton). **GEOgraphia**, v. 10, n. 20, p. 53-73, 2008.
- THEURILLAT, Thierry; RÉRAT, Patrick; CREVOISIER, Olivier. The real estate markets: Players, institutions and territories. **Urban Studies**, v. 52, n. 8, p. 1414-1433, 2015.
- THEURILLAT, Thierry; VERA-BÜCHEL, Nelson; CREVOISIER, Olivier. Commentary: From capital landing to urban anchoring: The negotiated city. **Urban Studies**, v. 53, n. 7, p. 1509-1518, 2016.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, v. 3, p. 75-103, 2000.
- VAN DER ZWAN, Natascha. Making sense of financialization. **Socio-economic review**, v. 12, n. 1, p. 99-129, 2014.